

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.580.259 - DF (2019/0268953-9)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **BB-PREVIDENCIA FUNDO DE PENSÃO BANCO DO BRASIL**
ADVOGADOS : **MARIA INES CALDEIRA PEREIRA DA SILVA MURGEL - RJ114798**
: **VINÍCIUS SARAMAGO GONÇALVES - RJ172845**
: **THOMAS VASCONCELLOS DA SILVA - RJ153437**
AGRAVADO : **SHEILA MARIA GOMES DOS SANTOS**
ADVOGADA : **ROSÂNGELA MARIA CARVALHO VIANA - CE005509**

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA COMPLEMENTAR. PENSÃO POR MORTE. PREVISÃO CONTRATUAL. REVISÃO. SÚMULAS 5 E 7/STJ. INCLUSÃO DE COMPANHEIRA. POSSIBILIDADE. INSCRIÇÃO ANTERIOR. DESNECESSIDADE. PRÉVIA FONTE DE CUSTEIO. NECESSIDADE. CONSTATAÇÃO. REEXAME. REVOLVIMENTO DE FATOS E PROVAS. ANÁLISE CONTRATUAL. SÚMULAS 5 E 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu o recurso especial interposto pela BB-PREVIDÊNCIA FUNDO DE PENSÃO BANCO DO BRASIL, com fulcro no art. 105, inciso III, alínea *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, assim ementado (e-STJ, fl. 409):

PREVIDÊNCIA PRIVADA COMPLEMENTAR. FUNTERRA. PENSÃO POR MORTE. ÓBITO PARTICIPANTE. UNIÃO ESTÁVEL. RECONHECIMENTO. INDICAÇÃO. COMPANHEIRA. BENEFICIÁRIA. ESTATUTO. VEDAÇÃO. PREVIDÊNCIA SOCIAL. FINALIDADE. REGRAS. INCIDÊNCIA. EQUIPARAÇÃO. DESEQUILÍBRIO ATUARIAL. INOCORRÊNCIA. RESERVA MATEMÁTICA. OBSERVÂNCIA.

1. A previdência social e o sistema de previdência complementar são independentes. Contudo, possuem finalidades idênticas: amparar economicamente o participante após a aposentadoria, ou os seus dependentes, no caso de pensão por morte.

2. As peculiaridades do caso concreto podem viabilizar a incidência das regras do sistema formal na previdência particular, desde que não afete substancialmente o regime jurídico da entidade privada.

Superior Tribunal de Justiça

Precedentes STJ.

3. Demonstrada a união estável, iniciada após a aposentadoria do beneficiário, sua companheira deve receber a suplementação da pensão por morte, ainda que não tenha sido indicada pelo participante no tempo previsto pelo estatuto do fundo de pensão.

4. A simetria do sistema da previdência privado com o sistema complementar protege a família constituída voluntariamente pelo trabalhador.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, alegou a recorrente violação aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015; 421 e 422 do CC; e 1º, 7º, 10, da LC 109/2001.

Sustentou, em síntese: i) negativa de prestação jurisdicional; e ii) ser ilegal o deferimento de benefício de pensão por morte, em desconformidade com o regulamento do plano de benefício, sem o prévio custeio.

Contrarrazões às fls. 476-479 (e-STJ).

Juízo negativo de admissibilidade às fls. 480-481 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

De início, é importante ressaltar que o recurso foi interposto contra decisão publicada já na vigência do Novo Código de Processo Civil, sendo, desse modo, aplicável ao caso o Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ, segundo o qual: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Nas razões do apelo excepcional, a recorrente defende a impossibilidade de inclusão de dependente, não inscrito previamente, como beneficiário do plano de previdência privada complementar para concessão da pensão por morte; e a impossibilidade de adimplemento quando não formada a prévia fonte de custeio.

A respeito dos temas referentes à qualidade de dependente da recorrida e à reserva técnica, o Tribunal de origem assim se manifestou (e-STJ, fls. 411-412):

Há afinidade entre as previdências complementar e a social, apesar da autonomia dos dois regimes. Mas

Superior Tribunal de Justiça

há uma nítida interação entre elas, de modo que uma pode influenciar a outra, sem perder a independência.

A despeito da possibilidade de o participante indicar livremente os eventuais beneficiários, geralmente são designados os mesmos dependentes econômicos para ambas.

A previdência social reconhece, como beneficiária, a companheira em regime de união estável. Ela, também, deve ser a beneficiária da previdência complementar.

A ausência de designação formal da companheira durante o ato de adesão não pode frustrar o pagamento do benefício. Em especial quando a relação começou anos depois da aposentaria do servidor.

Entender de maneira diversa implica negativa de proteção à família constituída voluntariamente pelo servidor. Vale lembrar que a união estável é entidade familiar constitucionalmente reconhecida (art. 226, §3º da CF).

(...)

Na hipótese, a apelada demonstrou a união estável com o falecido por meio de sentença judicial, bem como a sua dependência econômica, já que recebia pensão alimentícia.

Sobre a reserva matemática, o reconhecimento da companheira como beneficiária da suplementação da pensão por morte não justifica a negativa do benefício, lembrando que a eventualidade de se pagar a complementação à filha foi afastada.

Do excerto acima transcrito, depreende-se que o Tribunal estadual, analisando os fatos e o teor do contrato celebrado entre as partes, constatou que havia reserva matemática, concluindo que a recorrida, companheira do contratante falecido, ostentava a qualidade de dependente e, consequentemente, de beneficiária do plano previdenciário.

Diante dessa conclusão, mostra-se inviável ao Superior Tribunal de Justiça alterar o posicionamento adotado pelo Tribunal local, a fim de verificar a qualidade de dependente da recorrida, pois seria preciso um profundo exame dos elementos fático-probatórios, e das disposições contratuais, o que é vedado pelas Súmulas 5 e 7/STJ.

Ademais, em relação à legitimidade da recorrida para ser beneficiária do plano previdenciário oferecido pela recorrente, é preciso frisar que esta Corte Superior entende que, uma vez comprovada a união estável, o companheiro faz jus ao benefício de pensão pós-morte do segurado, sem a necessidade de inscrição prévia como beneficiário.

Confirmam-se:

Superior Tribunal de Justiça

ADMINISTRATIVO. MILITAR. PENSÃO POR MORTE. UNIÃO ESTÁVEL CARACTERIZADA.

1. Com o advento da Constituição Federal de 1988, que reconheceu como entidade familiar a união estável (art. 226, § 3º), a companheira passou a ter o mesmo direito que a ex-esposa, para fins de recebimento da pensão por morte, sendo desnecessária sua designação prévia como beneficiária. Precedentes.
2. Recurso especial não provido (REsp 1235994/PE, Rel. Ministro Castro Meira, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/10/2011, DJe 03/11/2011)

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PENSÃO CIVIL. AUSÊNCIA DE DESIGNAÇÃO PRÉVIA. DESNECESSIDADE. UNIÃO ESTÁVEL COMPROVADA. INOVAÇÃO RECURSAL QUANTO ÀS ALEGAÇÕES DE IMPOSSIBILIDADE DE SE AFASTAR A APLICAÇÃO DE DISPOSITIVO LEGAL SEM O RECONHECIMENTO DE SUA INCONSTITUCIONALIDADE E SOBRE O TERMO INICIAL DO BENEFÍCIO. IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO DE MATÉRIA NÃO SUSCITADA NO RECURSO ESPECIAL. INVIÁVEL O PREQUESTIONAMENTO DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A jurisprudência desta Corte está firmada em que a ausência de prévia designação do companheiro como beneficiário de pensão não impede a concessão do benefício, se a união estável resta devidamente comprovada por outros meios idôneos de prova. Precedentes do STJ.
2. As questões referentes à impossibilidade de afastamento da norma prevista do art. 217, I, c da Lei 8.112/90, sem o prévio reconhecimento de sua eventual inconstitucionalidade, e acerca do termo inicial dos efeitos da condenação, a teor do art. 219 da Lei 8.112/90, são desinfluentes, na medida em que tais argumentações não foram levantadas nas razões de Recurso Especial, configurando-se inovação, o que é defeso na oportunidade do Agravo Regimental.
3. É vedado a este Tribunal apreciar a violação de dispositivos constitucionais, ainda que para fins de prequestionamento, uma vez que o julgamento de matéria de índole constitucional é reservado ao Supremo Tribunal Federal.
4. Agravo Regimental desprovido (AgRg no REsp 1130058/RS, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, QUINTA TURMA, julgado em 10/08/2010, DJe 06/09/2010)

PREVIDÊNCIA PRIVADA. PENSÃO POR MORTE. COMPANHEIRA NÃO DESIGNADA NO PLANO. CABIMENTO.

A previdência privada não perde o seu caráter social pelo só fato de decorrer de avença firmada entre particulares. Assim, incontroversa a união estável, como no caso, a companheira de participante de plano dessa natureza faz jus à pensão por morte, mesmo não estando

Superior Tribunal de Justiça

expressamente inscrita no instrumento de adesão, Recurso especial conhecido e provido" (REsp 844.522/MG, Rel. Ministro Cesar Asfor Rocha, QUARTA TURMA, julgado em 05/12/2006, DJ 16/04/2007, grifo no original)

No tocante à formação da fonte de custeio para adimplemento do benefício, nos termos da jurisprudência firmada neste Tribunal Superior, por meio de julgamento de recurso repetitivo, REsp 1.425.326/RS, é vedada a concessão de benefício previsto em contrato de previdência privada complementar sem a prévia formação de reserva financeira.

A propósito:

PREVIDÊNCIA PRIVADA. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. PLANO DE BENEFÍCIOS SUBMETIDO À LEI COMPLEMENTAR N. 108/2001, JÁ OPERANTE POR OCASIÃO DO ADVENTO DA LEI. VEDAÇÃO DE REPASSE DE ABONO E VANTAGENS DE QUALQUER NATUREZA PARA OS BENEFÍCIOS EM MANUTENÇÃO. CONCESSÃO DE VERBA NÃO PREVISTA NO REGULAMENTO DO PLANO DE BENEFÍCIOS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA, AINDA QUE NÃO SEJA PATROCINADO POR ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE.

1. Para fins do art. 543-C do Código de Processo Civil: a) Nos planos de benefícios de previdência privada fechada, patrocinados pelos entes federados - inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente -, é vedado o repasse de abono e vantagens de qualquer natureza para os benefícios em manutenção, sobretudo a partir da vigência da Lei Complementar n. 108/2001, independentemente das disposições estatutárias e regulamentares; b) Não é possível a concessão de verba não prevista no regulamento do plano de benefícios de previdência privada, pois a previdência complementar tem por pilar o sistema de capitalização, que pressupõe a acumulação de reservas para assegurar o custeio dos benefícios contratados, em um período de longo prazo.

2. Recurso especial provido.

(REsp 1425326/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 28/05/2014, DJe 01/08/2014)

Contudo, no caso em exame, conforme o trecho do aresto impugnado acima mencionado, ficou constatado que não foi criada nova obrigação em desfavor da recorrente, tendo em vista que havia reserva matemática suficiente para pagar o benefício à filha do servidor falecido, que deixou de receber em razão da maioridade; também há para a sua companheira (e-STJ, fl. 438).

Superior Tribunal de Justiça

Desse modo, a revisão do julgado, com o consequente acolhimento da pretensão recursal, demandaria, necessariamente, a interpretação de cláusulas contratuais e o reexame do acervo fático-probatório da causa, o que não se admite em âmbito de recurso especial, ante os óbices das Súmulas 5 e 7/STJ.

Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Publique-se.

Brasília, 04 de novembro de 2019.



MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator